



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 74

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1963

ATA DA 98ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1965.

3ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA.

As 20 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Adalberto Sena
Amaral Passos
Avaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Sigifredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Silvestre Pericles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Aldo Fontana
Guido Mondin
Daniel Krueger
Mem de Sá — (39)

E os Senhores Deputados:
Acre:

Armando Leite
Geraldo Mesquita
Jorge Kalume
Mário Maia
Rui Lino

Amazonas:

Djalma Passos
José Esteres
Leopoldo Peres
Paulo Coelho
Wilson Calmon (23-1-66)
Antunes de Oliveira

Para:

Burlamaqui de Miranda
Gabriel Hermes
Stello Maroja
Waldemar Guimarães

Maranhão:

Alexandre Costa
Cid Carvalho
Clodomir Millet
Eurico Ribeiro
Joel Barbosa
José Burnett
Luiz Coelho
Mattos Carvalho
Pedro Braga

CONGRESSO NACIONAL

Piauí:

Chagas Rodrigues
Ezequias Costa
Gayoso e Almendra
Heitor Cavalcanti
Jedo Mendes Olimpio
Moura Santos

Ceará:

Alfredo Barreira (22-11-65)
Alvaro Lins
Dager Serra (22-10-65)
Flávio Marçilio
Ledo Sampaio
Lourenço Colares (10-12-65)
Martins Rodrigues
Perito Teixeira (19-11-65)

Rio Grande do Norte:

Clóvis Motta
Djalma Marinho

Paraíba:

Flaviano Ribeiro
Humberto Lucena
Janduí Carneiro
João Fernandes
Luiz Brzezido
Plínio Lemos

Pernambuco:

Adenbal Jurema
Arruda Câmara
Augusto Novaes
Aurino Valois
Bezerra Leite
Costa Cavalcanti
Geraldo Guedes
João Cleofas
José Meira
Luiz Pereira
Magalhães Melo
Milvernes Lima
Nilo Coelho
Oswaldo Lima Filho
Souto Maior
Tabosa de Almeida

Alagoas:

Abrahão Moura
Medeiros Neto
Pereira Inácio

Sergipe:

Arnaldo Garcez
Lourival Batista
Machado Rollemberg
Walter Batista

Bahia:

Cícero Dantas
Edgard Pereira
Heitor Dias
Henrique Lima
Josaphat Borges
Manoel Novais
Mário Piva
Necy Novaes
Oliveira Brito
Raimundo Brito
Vasco Filho

Espírito Santo:

Dirceu Cardoso
Dulcino Monteiro
Florianio Rubin
Gil Velloso
Oswaldo Zanella
Raimundo da Andrade

Rio de Janeiro:

Adolpho Oliveira
Bernardo Bello
Dado Coimbra
Geremias Pontes
Josemaria Ribeiro
Raymundo Padilha
Roberto Saturnino

Guanabara:

Afonso Arinos Filho (ME)
Aureo Melo
Eacta Neves
Breno da Silveira
Eurico Oliveira
Hamilton Nogueira
Jamil Amiden
Nelson Carneiro

Minas Gerais:

Abel Rafael
Amintas de Barros
Bilac Pinto
Celso Murta
Celso Passos
Francelino Pereira
Geraldo Freire
João Hercúlio
José Bonifácio
José Humberto (SE)
Manoel de Almeida
Milton Reis
Ormeo Botelho
Padre Nobre
Pedro Aleixo

São Paulo:

Adrião Bernardes
Afrânio de Oliveira
Aniz Badra
Baptista Ramos
Campos Vergal
Derville Allegretti
Hamilton Prado
José Menck
Mário Covas
Paulo Lauro (1-12-65)
Pinheiro Brisolla
Plínio Salgado
Teófilo Andrade
Tufy Nassif

Goiás:

Benedito Vaz
Castro Costa
Celestino Filho
Haroldo Duarte
Jafes Machado
Ludovico de Almeida
Peixoto da Silveira
Rezende Montenegro

Mato Grosso:

Correia da Costa
Edison Garcia
Miguel Marcondes
Rachid Mamed

Paraná:

Antonio Annibelli
Antônio Baby
Braga Ramos
Emílio Gomes
Ivan Luz
José Richa
Lyrio Bertolli
Maia Neto
Mário Gomes
Minoru Miyamoto

Renato Celidônio
Zacarias Seleme

Santa Catarina:

Albino Zeni
Antônio Almeida
Aroldo Carvalho
Carneiro de Loyola
Laerte Vieira
Orlando Bertoli
Osni Régis

Rio Grande do Sul:

Afonso Anschau
Ary Alcantara
César Prieto
Clóvis Pestana
Euclides Triches
José Mandelli
Luciano Machado
Marçal Terra (ME)
Matheus Schmidt
Milton Cassel (SE)
Norberto Schmidt
Osmar Grafulha
Peracchi Barcellos
Raul Pila
Ruben Alves
Tareo Dutra
União Machado
Zaire Nunes

Amapá:

Janary Nunes

Roraima:

Hegel Morhy

Roraima:

Francisco Elesbao — (182)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As listas de presença acusam o comparecimento de 36 Srs. Senadores e 182 Srs. Deputados. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.
Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A presente sessão conjunta foi convocada para leitura da Mensagem nº 21, de 1965, com a qual o Sr. Presidente da República encaminha, para tramitação nos termos do art. 2º, item II, combinado com o art. 21 do Ato Institucional nº 2, Projeto de Emenda Constitucional nº 8, de 1955, que dispõe sobre o sistema tributário nacional.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura da Mensagem.
É lida a seguinte:

MENSAGEM

Nº 21, de 1965 (C.N.)

(Nº DE ORIGEM: 901)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 2º, item II, combinado com o artigo 21 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos

Negócios da Fazenda, o anexo projeto de emenda constitucional, que dispõe sobre o sistema tributário nacional.

Brasília, em 4 de novembro de 1965.
— H. Castello Branco.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965 (C.N.)

Dispõe sobre o sistema tributário nacional

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados promulgam, nos termos do art. 217, § 4º da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em lei federal, estadual ou municipal.

Art. 2º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Emenda;
II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda, com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar impostos sobre:

- a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) o patrimônio, a renda ou serviços de Partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar.

§ 1º O disposto na letra "a" do nº IV é extensivo às autarquias, tão somente no que se refere ao patrimônio, a renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º O disposto na letra "a" do nº IV não é extensivo aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é regulado pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência.

Art. 3º É vedado:

I — à União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe em distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 4º Somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

CAPÍTULO II

Dos Impostos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 5º Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente, salvo o disposto no art. 17, os referidos nas seções seguintes deste Capítulo, com as competências e limitações nelas previstas.

Art. 6º Competem:

I — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,4
Ano	Cr\$ 96,4
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,4

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,4
Ano	Cr\$ 76,4
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,4

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

buidos aos Estados e aos Municípios;
II — à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados, e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente os atribuídos a estes.

Seção II

Impostos sobre o Comércio Exterior

Art. 7º Compete à União:

I — o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

II — o imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º O Poder Executivo pode nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se refere este artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior.

§ 2º A receita líquida do imposto a que se refere o nº II deste artigo destina-se à formação de reservas monetárias, conforme dispuser a lei.

Seção III

Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

Renda

Art. 8º Competem à União:

I — o imposto sobre a propriedade territorial rural;

II — o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 9º Compete aos Estados o imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

§ 1º O imposto incide sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos neste artigo.

§ 2º O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos neste artigo, para sua in-

corporação ao capital de pessoas jurídicas, salvo a daquelas cuja atividade preponderante, como definida em lei complementar, seja a venda ou a locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 3º O imposto compete ao Estado da situação do imóvel sobre que versar a mutação patrimonial, mesmo que esta decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

§ 4º A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, e o seu montante será dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o art. 8º, nº II, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 10. Compete aos Municípios o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Seção IV

Impostos sobre a produção e a circulação

Art. 11. Compete à União o imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativos, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nos anteriores.

Art. 12. Compete aos Estados o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores, salvo as destinadas à exportação.

§ 1º A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas operações que as destinem a outro Estado, o limite fixado em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 2º. O imposto é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou por outro Estado, e não incidirá sobre a venda a varejo diretamente ao consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo Federal.

Art. 13. Compete aos Municípios cobrar o imposto referido no artigo anterior, com base na legislação estadual a ele relativa, e por alíquota não superior a 20% (vinte por cento), da instituída pelo Estado.

Parágrafo único. A cobrança prevista neste artigo é limitada às operações ocorridas no território do Município, mas independente da efetiva arrecadação, pelo Estado, do imposto a que se refere o artigo anterior.

Art. 14. Compete à União o imposto:

I — sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários;

II — sobre serviços de transportes e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal.

§ 1º. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases do cálculo do imposto, nos casos do nº I deste artigo, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

§ 2º. A receita líquida do imposto nos casos do nº I deste artigo, destina-se à formação de reservas monetárias.

Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no art. 12.

Seção V

Impostos Especiais

Art. 16. Compete à União o imposto sobre:

I — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza;

II — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

III — produção, circulação ou consumo de minerais do País.

Parágrafo único. O imposto incide, uma só vez, sobre uma dentre as operações previstas em cada inciso deste artigo e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 17. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não na enumeração constante dos artigos 8º e 16, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

CAPÍTULO III

Das Taxas

Art. 18. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar taxas em função do exercício regular do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não terão base de cálculo idêntica à que corresponda a imposto referido nesta Emenda.

CAPÍTULO IV

Das Contribuições de Melhoria

Art. 19. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, cobrar contribuição de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

CAPÍTULO V

Das Distribuições de Receitas Tributárias

Art. 20. Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, nº I;

II — aos Estados e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o art. 8º, nº II, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

Art. 21. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o art. 8º, nº II, e o art. 11, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante distribui-se à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei complementar, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização do pagamento das quotas a cada entidade participante, independentemente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega, mensalmente, através dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º Para os efeitos de cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação exclui-se, do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 8º, nº II, a parcela distribuída nos termos do art. 20, nº II.

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no art. 21, os Estados e Municípios que celebrarem com a União convênios para assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto devido no art. 8º, nº II, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, no art. 11, excluído o incidente sobre fumo e bebidas alcoólicas.

Art. 23. Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 16 não distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) de que incidir sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo será regulada em solução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, proporcionalmente à superfície e população das entidades beneficiárias e à produção e ao consumo, nos respectivos territórios, dos produtos a que se refere o imposto.

Art. 24. A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal, ou

aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos, de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. Ressalvado o disposto no artigo 26 e seus parágrafos, ficam revogados ou substituídos pelas disposições desta Emenda o artigo 15 e seus parágrafos, o artigo 16, o artigo 17, o artigo 19 e seus parágrafos, o artigo 21, o § 4º do artigo 26, o artigo 27, o artigo 29 e seu parágrafo único, os nºs I e II do artigo 30 e seu parágrafo único, o artigo 32, o § 34 do artigo 141, o artigo 202 e o artigo 203 da Constituição, o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 3, a Emenda Constitucional nº 5 e os artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 10.

Art. 26. Os tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vigentes à data da promulgação desta Emenda, salvo o imposto de exportação, poderão continuar a ser cobrados até 31 de dezembro de 1965, devendo, nesse prazo, ser revogados, alterados ou substituídos por outros, na conformidade do disposto nesta Emenda.

§ 1º O artigo 20 da Constituição ficará revogado, em relação a cada Estado, na data da entrada em vigor da lei que nele instituir o imposto previsto no artigo 12 desta Emenda.

§ 2º Entrará em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte ao da promulgação desta Emenda o disposto no artigo 8º, nº II, no seu parágrafo 2º, e, quanto ao imposto de exportação, o previsto no seu parágrafo 1º.

LEGISLAÇÃO CITADA

Nos, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I

Da Organização Federal

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

- I — importação de mercadorias de procedência estrangeira;
- II — consumo de mercadorias;
- III — produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que for aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica;
- IV — renda e proventos de qualquer natureza;
- V — transferência de fundos para o exterior;
- VI — negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal.

§ 1º São isentos do imposto de consumo os artigos que, a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica.

§ 2º A tributação de que trata o nº III terá a forma de imposto único,

que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e apra os fins estabelecidos em lei federal.

§ 3º A União poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e dos Municípios; mas não poderá fazê-lo em limites superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes.

§ 4º A União entregará aos Municípios, excluídos os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o nº IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural.

§ 5º Não se compreendem nas disposições do nº VI os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando forem partes a União, os Estados ou os Municípios, ou quando incluídos na competência tributária estabelecida nos artigos 19 e 20.

§ 6º Na importância ou no caso de guerra externa, é facultado à União decretar impostos extraordinários, que não serão partilhados na forma do artigo 21 e que deverão suprimir-se gradualmente, dentro em cinco anos, contados da data da assinatura da paz.

Art. 16. Compete ainda à União decretar os impostos previstos no artigo 19, que devem ser cobrados pelos Territórios.

Art. 17. A União é vedado decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional, ou que importem distinção ou preferência para este ou aquele porto, em detrimento de outro de qualquer Estado.

Art. 18.

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

- I — propriedade territorial, exceto a urbana;
- II — transmissão de propriedade causa mortis;
- III — transmissão de propriedade imobiliária intervivos e sua incorporação ao capital de sociedades;
- IV — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;
- V — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento ad valorem, vedados quaisquer adicionais;
- VI — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1º O imposto territorial não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultivos, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2º Os impostos sobre transmissão de bens corpóreos (ns. II e III) cabem ao Estado em cujo território estes se achem situados.

§ 3º O imposto sobre transmissão causa mortis de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 4º Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de

direito público interno, em limite superior ao estabelecido para suas próprias obrigações.

§ 5º O imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 6º Em casos excepcionais, o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação até o máximo de dez por cento ad valorem.

Art. 21. A União e os Estados poderão decretar outros tributos além dos que lhes são atribuídos por esta Constituição, mas o imposto federal exclui a estadual idêntico. Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e, à medida que ela se efetuar, entregarão vinte por cento do produto à União e quarenta por cento aos Municípios onde se tiver realizado a cobrança.

Art. 23.

§ 4º Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos por esta Constituição aos Estados e aos Municípios.

Art. 27. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de taxas, inclusive pedágio, destinadas exclusivamente à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas.

Art. 28.

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2º, 4º e 5º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes foram transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

- I — sobre propriedade territorial urbana e rural;
- II — predial;
- III — sobre transmissão de propriedade imobiliária inter vivos e sua incorporação ao capital de sociedades;
- IV — de licenças;
- V — de indústrias e profissões;
- VI — sobre diversões públicas;
- VII — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

Parágrafo único. O imposto territorial rural não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultivos, só ou com sua família, o proprietário.

Art. 30. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar:

- I — contribuição de melhoria, quando se verificar valorização do imóvel, em consequência de obras públicas;
- II — taxas;

Parágrafo único. A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores à despesa realizada, nem ao acréscimo de valor que da obra decorrer para o imóvel beneficiado.

Art. 32. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer diferença tributária, em razão da procedência, entre bens de qualquer natureza.

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 34. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada

exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

Art. 202. Os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso for possível, e serão graduados conforme a capacidade do contribuinte.

Art. 203. Nenhum imposto gravará diretamente os direitos do autor, nem a remuneração de professores e jornalistas, excetuando-se da isenção os impostos gerais (art. 15, nº IV).

Art. 20. Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado.

LEGISLAÇÃO CITADA

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 3

Art. 1º

Art. 5º Aos Estados que, depois de 18 de setembro de 1946, se constituíram sem município, em razão de peculiaridades locais, são atribuídos também os impostos previstos no art. 2º.

Art. 6º

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 5

Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros.

Redijam-se assim os seguintes parágrafos do art. 15:

§ 4º A União entregará aos municípios 10% (dez por cento) do total que arrecadar do imposto de que trata o nº II, efetuada a distribuição em partes iguais, e fazendo-se o pagamento, de modo integral, de uma só vez, a cada município, durante o quarto trimestre de cada ano.

§ 5º A União entregará igualmente aos municípios 15% (quinze por cento) do total que arrecadar do imposto de que trata o nº IV, feita a distribuição em partes iguais, devendo o pagamento a cada município ser feito integralmente, de uma só vez, durante o terceiro trimestre de cada ano.

§ 6º Metade, pelo menos, da importância entregue aos municípios, por efeito do disposto no § 5º, será aplicada em benefício de ordem rural. Para os efeitos deste parágrafo, entende-se por benefício de ordem rural todo o serviço que for instalado ou obra que for realizada com o objetivo de melhoria das condições econômicas, sociais, sanitárias ou culturais, das populações das zonas rurais.

§ 7º Não se compreendem nas disposições do nº VI os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29.

§ 8º Na iminência ou no caso de guerra externa, é facultada à União decretar impostos extraordinários que não serão partilhados na forma do art. 21 e que deverão suprimir-se gradualmente, dentro em cinco anos, contados da data da assinatura da paz.

Redija-se assim o art. 19:

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

I — Transmissão de propriedade *causa mortis*;
II — vendas e consignações efetuas por comerciantes e produtores, in-

clusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;

III — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de 5% (cinco por cento) *ad valorem*, vedados quaisquer adicionais;

IV — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1º O imposto sobre transmissão *causa mortis*, de bens corpóreos cabe ao Estado em cujo território estes se achem situados.

§ 2º O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, no Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 3º Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno, em limite superior aos estabelecidos para as suas próprias obrigações.

§ 4º O imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 5º Em caso excepcional, o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação até o máximo de 10% (dez por cento) *ad valorem*.

Redija-se assim o art. 29:

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos parágrafos 2º, 4º e 5º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos municípios ou impostos:

I — Sobre propriedade territorial urbana e rural;

II — predial;

III — sobre transmissão de propriedade imobiliária inter-vivos e sua incorporação ao capital de sociedade;

IV — de licenças;

V — de indústrias e profissões;

VI — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

Parágrafo único. O imposto territorial rural não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário.

Brasília, 21 de novembro de 1961.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

A Mesa do Senado Federal:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 10

Art. 1º

Art. 2º O art. 15 é acrescido do item e parágrafo seguintes:

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

VII — Propriedade territorial rural.

§ 9º O produto da arrecadação do imposto territorial rural será entregue, na forma da lei, pela União aos Municípios onde estejam localizados os imóveis sobre os quais incida a tributação.

Art. 3º O art. 29 da Constituição e o seu inciso I passam a ter a seguinte redação:

“Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos parágrafos 2º, 4º, 5º e 9º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

I — Sobre propriedade territorial urbana;

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A mensagem que acaba de ser lida, juntamente com o projeto de emenda à Constituição que acompanha, consta da avulso já distribuído entre os Srs. Congressistas.

Passa-se à designação da Comissão Mista que deverá dar parecer sobre o projeto. Fica assim constituída:

Senadores: Ruy Carneiro, José Feliciano, Guido Mondin, José Guimard, Vivaldo Lima, Bezerra Neto, Oscar Passos, Eurico Rezende, Mem de Sá, Antônio Carlos e Cattete Pinheiro.

Deputados: Guilhermino de Oliveira, Aloisio de Castro, Pacheco Chaves, Cesar Prieto, Wilson Chedid, Ario Theodoro, Flóres Soares, Raimundo Padilha, Adolfo de Oliveira, Italo Pittipaldi e Teófilo Andrade.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, desejo saber qual o critério para a nomeação de Comissão Mista, efetuada por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Respondo ao nobre Deputado, informando que, tendo em vista a extinção dos Partidos, determinada pelo Ato Institucional nº2, e para que o Congresso não deixe de funcionar normalmente, a designação das Comissões Mistas passou a ser feita pela Presidência do Congresso Nacional, que procura ouvir, sempre que possível, aqueles que podem ser os porta-vozes dos grupos que se vão formando, no Plenário de cada Casa componente do Congresso Nacional.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

Então podemos concluir que o critério é este: a escolha é feita por S. Exª o Presidente do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Perfeitamente. Foi o que acabei de declarar.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

Isto nos leva a crer que, neste caso, o Regimento não está sendo seguido pelas razões que V. Exª declarou. Desejo fazer outra pergunta: está-se processando a emenda do Regimento, a fim de que tais designações obedeam a um determinado critério?

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — A Mesa do Congresso Nacional, como a do Senado e a da Câmara dos Deputados, separadamente, estão aguardando que se constituam, nas duas Casas, os Blocos Parlamentares para que, de acordo com os Regimentos, possam ser atendidos os vários problemas oriundos da representação proporcional anteriormente existente no sistema dos partidos.

V. Exª deve convir que estamos numa situação transitória e outra não pode ser a solução que a Mesa vem dando a esse problema. Enquanto não se verificarem as condições necessárias, a Mesa continuará procedendo por essa forma.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Para os trabalhos da Comissão cuja designação acaba de ser feita, foi organizado o seguinte calendário:

Dia 9 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator.

Dias 10, 11 e 12: Apresentação de emendas perante a Comissão.

Dia 17: Apresentação do Parecer pela Comissão.

Dia 18: Publicação do parecer;

Dia 24: Discussão da matéria.

Para discussão da matéria, convoco, desde já, os Srs. Congressistas para uma sessão conjunta a realizar-se no dia 24 do corrente, às 21 horas (pausa).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 55 minutos).

ATA DA 99ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1965.

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA.

O SR. PRESIDENTE:

As listas de presença acusam o comparecimento de 36 Srs. Senadores e 198 Srs. Deputados.

Vai ser lida a ata da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior.

As 21 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Sifredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Josmar Marinho
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Matos
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá

E os Srs. Deputados

Acre

Armando Leite
Geraldo Mesquita
Jorge Kalume
Mário Maia
Rui Lino

Amazonas

Djalma Passos
José Esteves
Leopoldo Peres
Paulo Coelho
Wilson Calmon — (23-1-66)
Antunes Oliveira

Pará

Burlamaqui de Miranda
Gabriel Hermes
Stélio Maroja
Waldemar Guimarães

Maranhão

Alexandre Costa
Cid Carvalho

Clodomir Millet
Eurico Ribeiro
Henrique La Rocque
Joel Barbosa
José Burnett
José Sarney
Luiz Coelho
Mattos Carvalho
Pedro Braga

Piauí

Chagas Rodrigues
Ezequias Costa
Gayoso e Almendra
Heitor Cavalcanti
João Mendes Olimpio
Moura Santos

Ceará

Alfredo Barreira (22-11-65)
Alvaro Lins
Dager Silveira (22-10-65)
Esmerino Arruda
Euclides Wicar
Flávio Marcílio
Leão Sampaio
Lourenço Colares (10-12-65)
Martins Rodrigues
Perilo Teixeira (19-11-65)
Ubirajara Ceará (28-12-65)

Rio Grande do Norte

Clóvis Motta
Djalma Marinho

Paraíba

Flaviano Ribeiro
Humberto Lucena
Jandui Carneiro
João Fernandes
Luiz Bronzeado
Plínio Lemos

Pernambuco

Aderbal Jurema
Arruda Câmara
Augusto Novaes
Aurino Valois
Bezerra Leite
Costa Cavalcanti
Geraldo Guedes
João Cleofas
José Meira
Luiz Pereira
Magalhães Melo
Milvernes Lima
Nilo Coelho
Oswaldo Lima Filho
Souto Maior
Tabosa de Almeida

Alagoas

Abraão Moura
Medeiros Neto
Oséas Cardoso
Pereira Lúcio

Sergipe

Arnaldo Garcez
José Carlos Teixeira
Lourival Batista
Machado Rollemberg
Walter Batista

Bahia

Antonio Carlos Magalhães
Cicero Dantas
Edgard Pereira
Heitor Dias
Henrique Lima
Josaphat Borges
Luna Freire
Manoel Novaes
Mario Piva
Necy Novaes
Oliveira Brito
Raimundo Brito
Ruy Santos
Teófilo de Albuquerque
Tourinhos Dantas
Vasco Filho
Vieira de Melo
Wilson Falcão

Espírito Santo

Direceu Cardoso
Dulcino Monteiro

Florianio Rubia
Gil Veloso
Oswaldo Zanelo

Raymundo de Andrade

Rio de Janeiro

Adahuri Fernandes — (4-12-65)
Adolpho Oliveira
Bernardo Bello
Daso Coimbra
Geremias Fontes
Josemaria Ribeiro
Raymundo Padilha
Roberto Saturnino

Guanabara

Afonso Arinos Filho (M.E.)
Aureo Melo
Baeta Neves
Breno da Silveira
Eurico Oliveira
Expedito Rodrigues
Hamilton Nogueira
Jamil Amiden
Nelson Carneiro

Minas Gerais

Abel Rafael
Amintas de Barros
Bilac Pinto
Celso Murta
Celso Passos
Francelino Pereira
Geraldo Freire
João Hercujino
José Bonifácio
José Humberto (S.E.)
Manoel de Almeida
Milton Reis
Nogueira de Rezende
Ormeo Botelho
Padre Nobre
Pedro Aleixo

São Paulo

Adrião Bernardes
Afranio de Oliveira
Alceu de Carvalho
Aniz Badra
Batista Ramos
Campos Vergal
Derville Alegretti
Hamilton Prado
Italo Pittipajdi (S.E.)
José Menck
Lino Morganti
Mário Covas
Paulo Lauro (1-12-65)
Pinheiro Brisolla
Plínio Salgado
Teófilo Andrade
Tufy Nassif

Goiás

Benedito Vaz
Castro Costa
Celestino Filho
Haroldo Duarte
Jales Machado
José Freire
Ludovico de Almeida
Peixoto da Silveira

Mato Grosso

Correa da Costa
Edison Garcia
Miguel Marcondes
Rachid Mamed

Paraná

Antônio Annibelli
Antônio Baby
Braga Ramos
Emílio Gomes
Ivan Luz
José Richa
Lyrio Bertolli
Maia Neto
Mário Gomes
Minoru Miyamoto
Renato Celidônio
Zacarias Saleme

Santa Catarina

Albino Zeni
Antônio Almeida
Aroldo Carvalho

Carneiro de Loyola
Laerte Vieira
Orlando Bertol
Osni Régis

Rio Grande do Sul

Afonso Anschau
Ary Alcântara
Cesar Prieto
Clovis Pestana
Euclides Triches
Jairo Brum
José Mandelli
Luciano Machado
Marcial Terra (M.E.)
Matheus Schmidt
Milton Cassel
Norberto Schmidt
Osmar Grafulha
Peracchi Barcelos
Rauy Pila
Ruben Alves
Tarso Dutra
Unírio Machado
Zaire Nunes

Amapá

Janary Nunes

Rondônia

Hegel Morhy

Roraima

Francisco Elesbão — 199

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão a Ata.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

(Sobre a Ata. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não sei se ouvi mal, porém fiz consulta a V. Exa., Presidente do Congresso, e parece que a Ata diz que quem respondeu foi o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Acredito que V. Exa. tenha ouvido mal, ou então o Sr. Secretário teria cometido um lapso de linguagem. Mas, se V. Exa. deseja, pode ser feita a verificação, porque aqui há Presidente do Congresso e não Presidente da República.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA — Gostaria que fosse verificado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Da Ata consta, simplesmente, o seguinte:

“O Sr. Presidente esclarece que, com a extinção dos Partidos políticos, a Presidência é que faz a designação dos Srs. Congressistas.” Parece, assim, que V. Exa. está devidamente informado.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, estou satisfeito, mas que ouvi “Presidente da República” ouvi.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não ponho em dúvida a palavra de V. Exa.

Continua em discussão a Ata. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declara-la-ei simplesmente aprovada. (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A presente sessão conjunta foi convocada para a discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1965 (CN), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que aprova o Plano Diretor do desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968.

Ao projeto foram apresentadas ... 1.183 emendas, algumas das quais receberam subemendas.

A Comissão, acolhendo muitas das emendas e subemendas, elaborou um substitutivo integral.

A discussão inicial será do projeto, das emendas e subemendas e do substitutivo da Comissão.

Há oradores inscritos.

O SR. JOSÉ MEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Deputado José Meira.

O SR. JOSÉ MEIRA:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, fiz parte da Comissão Mista para estudar o III Plano Diretor da SUDENE.

Verifico, como quase todos os membros da Comissão com quem tive oportunidade de falar agora, que a publicação feita no *Diário do Congresso* não corresponde, em absoluto, ao que foi votado pela referida Comissão.

Peço, então, a V. Exa., em questão de ordem, que, ouvido o Relator da matéria, mande proceder à republicação do parecer, a fim de que o Congresso Nacional possa deliberar sobre o que realmente foi votado naquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Diante da questão de ordem levantada pelo nobre Deputado José Meira, solicito o pronunciamento do nobre Relator da matéria, Deputado Plínio Lemos, a quem dou a palavra.

O SR. PLÍNIO LEMOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, há o pregão do Deputado José Meira. Na verdade estive, há pouco, lendo a publicação relativa ao meu parecer, ao substitutivo por mim apresentado sobre o III Plano Diretor da SUDENE, e encontro diversos senões que, evidentemente, decorrem de publicação apressada. Daí não ter a publicação espelhado o que foi, realmente, votado na Comissão Mista de Srs. Senadores e Deputados.

Há necessidade de uma correção, Sr. Presidente, o que espero fazer em tempo útil desde que V. Exa. conceda essa oportunidade. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Devo informar aos Srs. Congressistas que as publicações feitas resultaram dos originais entregues à Mesa pela Secretaria da Comissão Mista. No entanto, tendo o nobre Relator da matéria, Deputado Plínio Lemos, afirmado a existência de incorreções e omissões no que foi publicado, solicito a S. Exa. que aponte as incorreções ou omissões a fim de que a Mesa fique habilitada a adotar as necessárias providências para a republicação. Os únicos textos de que a Mesa dispõe como autênticos são os que saíram publicados.

O SR. PLÍNIO LEMOS:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se me permitir, voltarei à tribuna, para nova explicação. V. Exa. determina que eu enumere os itens. Só há poucos minutos chegou ao meu poder o avulso com a publicação. E foi numa vista d'olhos muito rápida que me deparei com as incorreções.

Eu esperava que V. Exa. oferecesse oportunidade para nova reunião, amanhã, da Comissão Mista, quando, com a presença do Presidente e dos seus componentes, e sem sacrifício da votação da matéria na sessão noturna, de amanhã, poderíamos proceder a um exame das incorreções, com a oportunidade que tivéssemos de compulsar os destaques, muitos deles

aprovados pelos Srs. Deputados e Senadores, embora contrários ao meu ponto-de-vista, ao meu parecer.

Tenho bem presente, Sr. Presidente, que a cidade de Arcoverde, no meu primeiro substitutivo, estava contemplada com 400 milhões de cruzeiros para o seu abastecimento. Feito o destaque pelo Deputado José Meira, o Plenário da Comissão deu-lhe aumento de 200 milhões de cruzeiros, passando a ser a verba de 600 milhões. Na verdade, só figuram na publicação os 400 milhões de cruzeiros concedidos no meu primeiro substitutivo, e não os 600 milhões do substitutivo definitivo.

Parece-me que existem outras incorreções dessa natureza, se não no que tange às importâncias, pelo menos no que diz respeito à redação.

Tenho a impressão de que poderíamos fazer, pela manhã, nova reunião da Comissão Mista, para reexame de todos os destaques feitos, e consequentes correções, e creio que, na oportunidade da votação, já estaria a matéria republicada, porque os senhores não são tantos que não possam ser incluídos na matéria publicada, aproveitando-se quase toda ela.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. RUY SANTOS:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, segundo a Resolução — se não me falha a memória — nº 59, a sessão de hoje destina-se à discussão da matéria, discussão que deverá continuar em sessão subsequente desde que haja oradores inscritos.

A Resolução ainda estabelece que, havendo substitutivo, na hipótese de o substitutivo ser aprovado, morrem as emendas e a proposição inicial.

Na Portaria da Câmara fui informado de que estão presentes apenas 170 Deputados, até o momento, o que tornaria impossível, mesmo na hipótese de falta de oradores, a votação da matéria nesta sessão.

Assim, tomaria a liberdade de sugerir a V. Ex^a, Sr. Presidente, que a discussão não fosse interrompida, que tivesse prosseguimento. Se existirem erros, os Srs. Congressistas poderiam perfeitamente pedir destaque, que demonstraria, na hipótese da retificação, a sua procedência.

Assim, Sr. Presidente, tomo a liberdade de sugerir, para não atrasarmos a discussão da matéria, levando em conta que o nosso tempo neste fim de mês está tomado por votações de matérias importantes, que se procedesse à discussão, adiada a votação para amanhã, por inexistência de quorum. Dêsse modo, haveria tempo para o relator apresentar a V. Ex^a as retificações que julgasse convenientes, e a votação se daria com o Plenário já esclarecido.

O SR. JOSÉ MEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Deputado José Meira.

O SR. JOSÉ MEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, eu que tive a responsabilidade de levantar a questão de ordem, quero declarar a V. Ex^a que aceito a sugestão do nobre Deputado Ruy Santos.

O SR. PLÍNIO LEMOS:

Sr. Presidente, a sugestão do nobre Deputado Ruy Santos resolve o assunto, sem sacrifício da votação do projeto e das reclamações que tenham a fazer os Srs. Congressistas. Por isto estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa agradece a colaboração dos Srs. Congressistas.

Assim, fica resolvido que, na sessão de hoje, será feita a discussão da matéria. Os enganos, erros ou omissões constantes do substitutivo serão, depois, sanados por iniciativa do Sr. Relator, e, ao ser o projeto ou o substitutivo submetido à votação, a matéria já estará devidamente esclarecida e escoimada dos enganos verificados.

Assim, vai-se passar à discussão da matéria.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o nobre Deputado Francelino Pereira, a quem dou a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCELINO PEREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Deputado Magalhães Melo.

O SR. DEPUTADO MAGALHÃES MELO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais orador inscrito. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação do projeto deverá realizar-se em sessão do dia 10 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, para a qual convoco, desde já, os Senhores Congressistas.

A sessão anteriormente designada para essa hora, destinada à apreciação de veto presidencial, deverá realizar-se às 22 horas do mesmo dia 10.

A Mesa espera que os nobres Deputados Plínio Lemos e José Meira, autores das questões de ordem levantadas na sessão de hoje sobre incorreções nas publicações feitas do projeto, emendas e substitutivo, apresentem antes da votação, com prazo suficiente para as correções, as retificações que entendam devam ser feitas nos avulsos.

Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 30 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

CONFERIR JUNT. GO. ANBIA

PREÇO DESTA NÚMERO CR\$ 1